

Um
mundo de
oportunidades

V.3 2026

AGRO INSIGHT



Institucional

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Presidente da República

CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO

Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária

IRAJÁ REZENDE DE LACERDA

Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura e Pecuária

GUILHERME CAMPOS JÚNIOR

Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária

CARLOS GOULART

Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e Pecuária

LUIS RUA

Secretário de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura e Pecuária

MARCELO NARVAES FIADEIRO

Secretário de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo do Ministério da Agricultura e Pecuária

CARLOS ERNESTO AUGUSTIN

Assessor Especial do Gabinete do Ministério da Agricultura e Pecuária

CARLA MADEIRA GONÇALVES SIMÕES DOS REIS

Chefe de Assessoria Especial de Comunicação Social do Ministério da Agricultura e Pecuária

Elaboração, distribuição, informações:

Ministério da Agricultura e Pecuária

Secretaria de Comércio e Relações Internacionais

Departamento de Promoção Comercial e Investimentos - DPR

Coordenação-Geral de Gestão dos Adidos Agrícolas

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco D - 3º andar, Sala 300

CEP: 70043-900 Brasília - DF

Tel.: (61) 3218-2821 e-mail: divulgacao.scri@agro.gov.br

Editorial:

Priscilla Burmann

João Huguenin

Coordenação:

Luís Rua

Augusto Billi

Carolina Eufemia Aquino de Sá

Ângela Pimenta Peres

Jennifer Santos Costa

Jennya Silva Brito

Equipe Técnica:

Rodrigo Lopes de Almeida

Eduardo Sampaio Marques

José Guilherme Tollstadius Leal

Caio César Simão

Luciana Pich Gomes

Juçara Aparecida André Dokonal

Eduardo Magalhães

Silvio Luiz Rodrigues Testaseca

Glauco Bertoldo

Nilton Antônio de Moraes

Alessandro Fidelis

Rodrigo do Espírito Santo Padovani

Leandro Diamantino Feijó

Jean Felipe Celestino Gouhie

Clóvis Augusto Versalli Serafini

Tiago Charão

Priscila Rech Pinto Moser

Rafael Mohana de Carvalho Refosco

Vanessa Medeiros de Jesus

Ana Lúcia de Paula Viana

Fabiana Villa Alves

Virgínia Arantes Ferreira Carpi

Roberto Carlos Papa

Carlos Turchetto

Fernanda Mascarenhas Magalhães

André Okubo

Dalci de Jesus Bagolin

Ellen Elizabeth Laurindo

Luna Lisboa

Frederique Abreu

Andréa Moura

Warley Campos

Márcio Rezende Evaristo Carlos

Marco Túlio Santiago

Luiz Cláudio de Santana e Caruso

Lucas Fiuza

Ana Carolina Miranda Lamy

Diego Leonardo Rodrigues

Marcelo Cláudio Pereira

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte e o sítio da Internet onde pode ser encontrado o original (www.gov.br/agricultura).

Catálogo na Fonte

Biblioteca Nacional de Agricultura – BINAGRI

Resumo

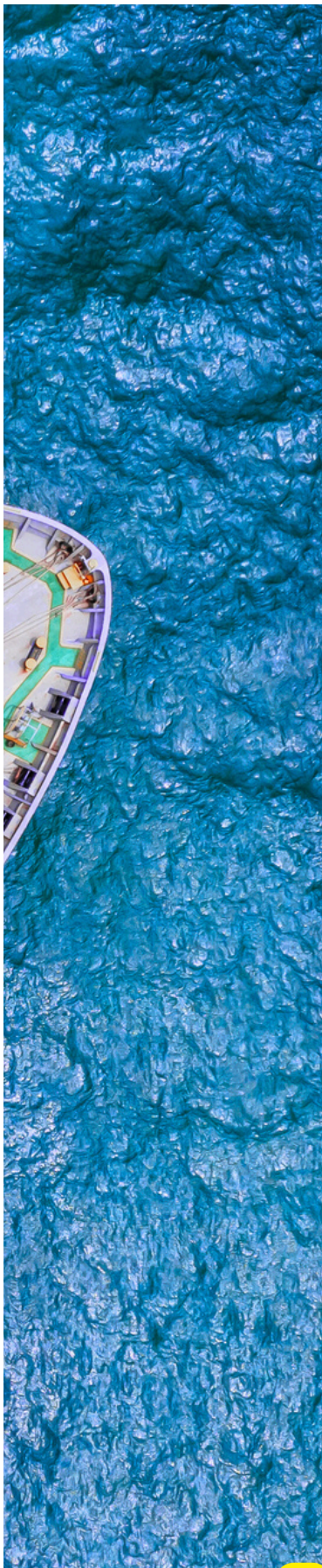


O AgrolInsight nasce do compromisso do Ministério da Agricultura e Pecuária com o fortalecimento da presença do agronegócio brasileiro no mercado internacional.

Desenvolvido pela Secretaria de Comércio e Relações Internacionais (SCRI), com apoio dos adidos agrícolas presentes em 38 países, o material reúne análises estratégicas e oportunidades de negócios para produtores, exportadores e associações setoriais que buscam crescer de forma competitiva e sustentável.

Com base nas diretrizes do ministro Carlos Fávaro e sob a liderança do secretário Luis Rua, o AgrolInsight é resultado do esforço de uma equipe dedicada que acredita no potencial do Brasil como potência agroexportadora.

Este relatório é mais do que um compilado de dados — é uma ponte entre o agro brasileiro e o mundo.





SETOR DE PALMA DE ÓLEO NA NIGÉRIA: “OURO ESQUECIDO”

Data: 12/03/2026

Posto: Abuja/Nigéria

Palavras-chave: palma de óleo, produção, industrialização, política agrícola, oportunidades de investimento

Responsável: Frederique Abreu e Abigail Musa

SUMÁRIO:

A Nigéria já foi o maior produtor mundial de óleo de palma, respondendo por cerca de 45% da produção global no início da década de 1960. Nas últimas décadas, entretanto, o país perdeu competitividade internacional diante da expansão da produção no Sudeste Asiático. Apesar disso, o consumo doméstico continua crescendo, criando um déficit estrutural entre oferta e demanda e abrindo oportunidades para modernização agrícola e investimentos industriais. A cadeia é dominada por pequenos produtores com baixa produtividade, coexistindo com clusters empresariais modernos e passa por reconfiguração regulatória com iniciativas federais e estaduais para reduzir o gap entre oferta e demanda, elevar a eficiência e atrair investimento privado. Para o Brasil, abrem-se oportunidades em genética, manejo intensivo, mecanização apropriada, fornecimento de equipamentos de processamento, soluções de cogeração e modelos de integração com pequenos produtores, em linha com a agenda bilateral de cooperação agrícola e transição para sistemas produtivos mais sustentáveis.

I. PANORAMA E HISTÓRICO DE PRODUÇÃO

A palma de óleo (*Elaeis guineensis*) é nativa das florestas tropicais da África Ocidental e possui longa tradição de uso econômico e cultural na região que hoje corresponde ao sul da Nigéria. O óleo extraído do fruto sempre teve papel relevante na alimentação, na produção artesanal e em práticas tradicionais locais. Durante o período colonial, contudo, o produto ganhou nova dimensão econômica ao tornar-se matéria-prima estratégica para a indústria europeia, sendo utilizado na fabricação de sabões, lubrificantes e alimentos processados.

Nas décadas que antecederam a independência nigeriana, o país consolidou-se como o principal produtor e exportador mundial de óleo de palma. A produção cresceu rapidamente entre as décadas de 1930 e 1960, quando a Nigéria chegou a responder por cerca de 45% da produção global. Nesse período, a cultura representava uma das bases da economia agrícola e contribuía significativamente para as receitas de exportação e para o financiamento de infraestrutura.

A partir dos anos 1970, entretanto, o setor perdeu dinamismo. A expansão da indústria petrolífera reduziu o peso relativo da agricultura na economia, enquanto países asiáticos — especialmente Malásia e Indonésia — investiram fortemente em pesquisa, expansão de plantios comerciais e modernização industrial. Como resultado, a Nigéria gradualmente perdeu competitividade internacional e passou a registrar déficit estrutural entre produção e consumo.

II. IMPORTÂNCIA ECONÔMICA E SOCIAL

Mesmo após a perda de liderança global, a palma de óleo permanece uma das culturas perenes mais relevantes da agricultura nigeriana. A cadeia produtiva mobiliza milhões de trabalhadores em diferentes etapas, incluindo cultivo, colheita, transporte, processamento e comercialização. Grande parte da produção está nas mãos de pequenos agricultores, e as mulheres desempenham papel particularmente importante nas atividades de colheita e processamento tradicional.

O óleo de palma constitui também insumo essencial para a indústria de alimentos, cosméticos e produtos de higiene. Essa versatilidade industrial faz com que a cultura seja frequentemente citada em estratégias governamentais como uma alternativa relevante para diversificação econômica e fortalecimento do setor agrícola.

III. PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES

A produção de palma de óleo está concentrada na área sul do país, principalmente nos estados de Edo, Cross River, Akwa Ibom, Rivers, Bayelsa, Delta, Ondo, Imo, Abia, Enugu e Anambra, com variações na estrutura entre palmares familiares e plantações empresariais. Edo emerge como maior produtor, resultado tanto de condições agroecológicas favoráveis quanto de políticas de governo para concessão de terras degradadas, atração de investimento e promoção de práticas alinhadas a padrões internacionais de sustentabilidade.

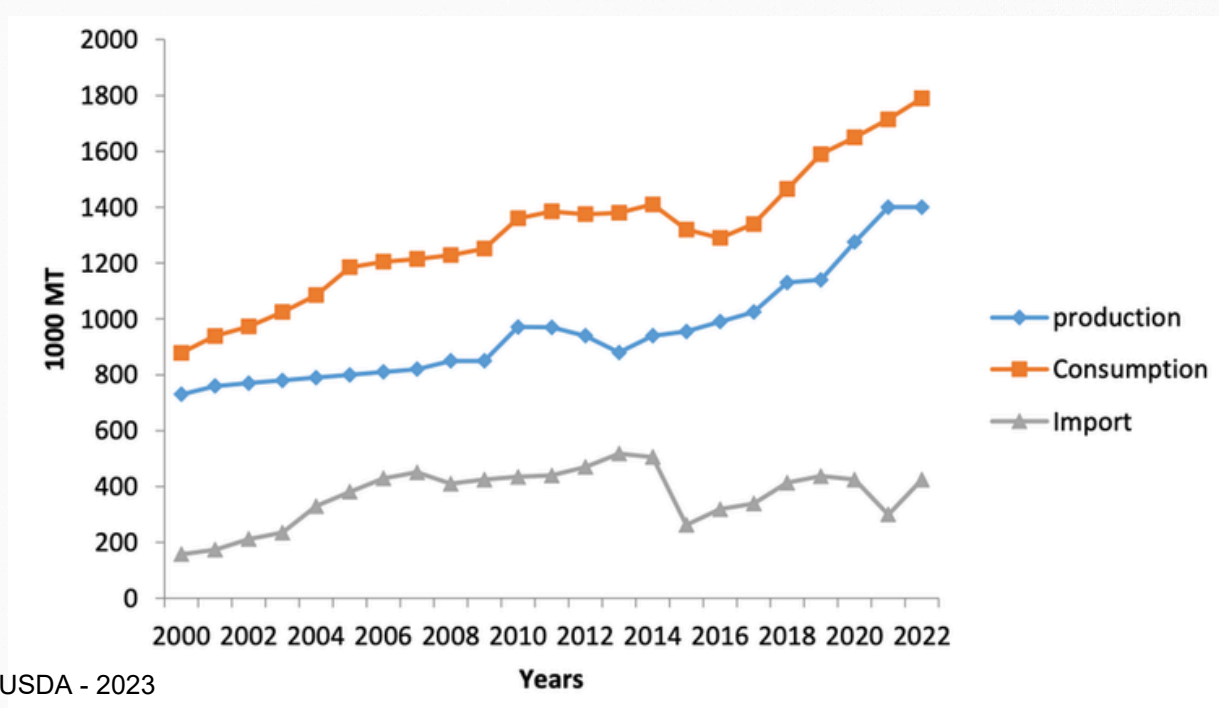
Levantamento recente sobre “top 10 states with highest palm oil production” estima que Edo responda por cerca de 12% da produção nacional, seguido por Cross River e Akwa Ibom (5 - 8% cada), enquanto estados tradicionais como Ondo, Rivers e Delta mantêm forte presença de pequenos produtores e sistemas de processamento artesanal. O Edo State Oil Palm Programme (ESOPP) alocou aproximadamente 70 mil hectares de terras para grandes investidores (em lotes de 5 - 10 mil ha) e iniciou esquema de pequenos produtores integrados em área de 2 mil hectares, com perspectiva de chegar a 110 mil hectares na fase seguinte.

IV. CONSUMO LOCAL, PRODUÇÃO E IMPORTAÇÕES

Estudo recente que avaliou produção, consumo e importações de óleo de palma entre 2000 e 2022 aponta média de consumo anual de 1,31 milhão de toneladas nesse período, com mínimo de 879 mil toneladas (2000) e máximo de 1,79 milhão de toneladas (2022), evidenciando trajetória de crescimento contínuo. O mesmo estudo mostra que a produção doméstica apresentou médias inferiores ao consumo em todos os anos avaliados, confirmando a existência de um déficit estrutural suprido por importações, com média de 369 mil toneladas importadas por ano entre 2000 e 2022.^[17]

Relatórios setoriais indicam que, em 2023, o consumo doméstico atingiu cerca de 1,87 milhão de toneladas, com projeção de 1,90 milhão de toneladas em 2024 e 2,02 milhões de toneladas em 2028, em crescimento anual composto próximo a 1,5%. Em paralelo, projeções de oferta apontam produção em torno de 1,04 milhão de toneladas em 2021, avançando apenas para 1,06 milhão de toneladas em 2026 (CAGR de 0,3%), o que sugere manutenção do gap entre 0,7 e 0,9 milhão de toneladas anuais no médio prazo, a menos que políticas de expansão e replantio sejam aceleradas.

Gráfico 1 – Produção, consumo e importações de óleo de palma na Nigéria (2000–2022)



Fonte: USDA - 2023

V. POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

O Banco Central da Nigéria introduziu, em 2019, a Oil Palm Development Initiative com o objetivo explícito de reduzir um gap estimado em 1,25 milhão de toneladas anuais entre oferta e demanda doméstica, estimulando expansão de área, modernização do processamento e substituição de importações. Documentos oficiais apontam metas como: desenvolver 350 mil hectares de novos plantios até 2025, melhorar padrões de qualidade do óleo processado localmente, criar empregos ao longo da cadeia e facilitar o acesso a financiamento de médio e longo prazo para grandes, médias e pequenas empresas além de pequenos produtores.

Estados produtores têm atuado como vetores complementares de política. O ESOPP, em Edo, adota abordagem “Produce, Protect and Rehabilitate (PPR)”, que combina expansão de plantios com proteção de florestas remanescentes e restauração de áreas degradadas, além de implantação de mecanismos de “Free, Prior and Informed Consent (FPIC)” com comunidades locais. Em Delta, 28 comunidades comprometeram-se com a cessão de cerca de 33 mil hectares de terras para a iniciativa de palma do CBN, com previsão de crédito a juros de um dígito e foco em criação de um “cinturão de palma de óleo” que reduza pobreza rural e a dependência de importações.

VI. MÉTODOS DE PRODUÇÃO E BENEFICIAMENTO

A cadeia produtiva é predominantemente dominada por pequenos produtores, com forte peso de palmares envelhecidos e ocorrências de florestas nativas semidomesticadas, o que resulta em baixa produtividade por hectare e limitações de qualidade. Revisão recente sobre eficiência da produção de palma na Nigéria destaca fatores como disponibilidade limitada de fertilizantes específicos, escassez de mudas de alta qualidade, idade avançada dos plantios, dificuldades de acesso a crédito e transporte precário como principais determinantes da baixa eficiência técnica.

No processamento, estudos sobre unidades de pequeno porte mostram predomínio de métodos tradicionais e semimecanizados, nos quais a maior parte da energia provém da queima de resíduos (cachos vazios, fibras e casca de palmiste) e parte menor de motores a diesel, com eficiências de extração relativamente baixas e perdas significativas de óleo. Esse padrão contrasta com o das grandes empresas integradas (como em Edo), que operam linhas contínuas com esterilização, digestão, prensagem e clarificação em escala industrial, alcançando rendimentos maiores e padrões de qualidade comparáveis aos internacionais.

Figura 1: Extratora de óleo de palma usada por pequenos produtores



VII. PROBLEMAS E DESAFIOS DA INDÚSTRIA LOCAL

Revisões recentes sobre eficiência da cadeia de palma de óleo ressaltam um conjunto de problemas recorrentes: declínio de produtividade em muitas áreas, disponibilidade insuficiente de fertilizantes específicos, escassez de mudas melhoradas, envelhecimento de plantios, acesso limitado a linhas de crédito adaptadas à cultura perene e deficiências de mercado (concorrência com óleos importados, volatilidade de preços, infraestrutura logística deficiente). Adicionalmente, desafios como desflorestamento, conflitos fundiários, questões trabalhistas e pressões de sustentabilidade global têm impacto crescente sobre investimentos, exigindo maior atenção a salvaguardas ambientais e sociais.

Na dimensão de gênero, estudo recente em estados do Sudeste mostra que mulheres enfrentam restrições desproporcionais em acesso à terra, crédito, capacitação e equipamentos, embora desempenhem papel central nas operações de colheita e processamento, o que limita o potencial de ganhos de produtividade e renda na base da cadeia. Outro desafio estrutural é a dispersão de produtores e unidades de processamento, o que eleva custos de coordenação, dificulta a padronização de qualidade e reduz o aproveitamento de economias de escala na industrialização e na logística.

VIII. OPORTUNIDADES PARA O SETOR PRIVADO BRASILEIRO

1. Campo agrícola: genética, manejo e serviços técnicos

Estudos sobre produtividade indicam que melhorias em insumos (mudas, fertilizantes) e em práticas de manejo têm impacto expressivo na eficiência técnica dos produtores, especialmente quando combinadas com acesso a crédito e extensão rural. Empresas brasileiras com experiência em palmáceas e em sistemas tropicais podem atuar na oferta de materiais genéticos de alto rendimento (inclusive híbridos com características específicas), no desenho de viveiros, no planejamento de replantios e na capacitação de técnicos e produtores em manejo intensivo, adubação racional e fitossanidade.

Há ainda espaço para serviços de consultoria em modelos de arrendamento de terras e esquemas de integração (“outgrowers”), para os quais pesquisas apontam aumento significativo de produtividade e rentabilidade quando produtores participam de arranjos organizados de mercado de terras e insumos. A experiência brasileira em organização de cadeias com pequenos produtores integrados a agroindústrias (caso da cana e de outras perenes) é particularmente relevante frente à estratégia do CBN e de estados como Edo e Delta, que combinam plantios empresariais com inclusão de agricultores locais.

2. Indústria: processamento, refino e cogeração

Revisões sobre eficiência do processamento artesanal e semimecanizado apontam baixa taxa de extração de óleo e elevado uso de energia térmica de baixa eficiência, baseada na queima de resíduos em sistemas rudimentares.

Nesse contexto, empresas brasileiras podem exportar ou montar localmente equipamentos de pequena e média escala (digestores contínuos, prensas de maior eficiência, clarificadores, secadores mais eficientes) que reduzam perdas, melhorem a qualidade e permitam certificação para mercados mais exigentes.

Há, ainda, oportunidade para soluções de cogeração de energia a partir de resíduos lignocelulósicos da palma, aproveitando know-how consolidado no setor sucroenergético brasileiro em caldeiras de alta eficiência, geração de vapor e eletricidade e integração com a planta industrial. Com a crescente pressão por sustentabilidade, tecnologias voltadas a redução de emissões, melhor gestão de efluentes (POME) e monitoramento de conservação florestal tendem a ganhar peso, abrindo nichos para empresas de engenharia, software e certificação do Brasil.

3. Modelos de parceria e financiamento e cooperação

Do ponto de vista institucional, a Oil Palm Development Initiative e programas estatais como o ESOPP explicitam disposição para parcerias com investidores estrangeiros, oferecendo combinações de acesso à terra, incentivos fiscais e participação em programas de crédito a juros subsidiados. Em paralelo, análises acadêmicas e de políticas públicas recomendam articulação entre governos, setor privado e instituições financeiras de desenvolvimento para destravar gargalos de financiamento de longo prazo típicos de culturas perenes como a palma de óleo.

Nesse cenário, o investidor brasileiro pode explorar: (i) joint ventures com governos estaduais e grupos locais para projetos greenfield ou reabilitação de áreas; (ii) uso de instrumentos de blended finance, combinando recursos concessionais com capital privado; e (iii) cooperação técnica Brasil–Nigéria focada em desenho de modelos de negócio que conciliem retorno econômico, inclusão de pequenos produtores e critérios de sustentabilidade ambiental e social, alinhando-se a agendas globais de desmatamento zero e finanças verdes.

IX. CONCLUSÃO

A trajetória da palma de óleo na Nigéria – de “ouro” da independência a cultura com déficit estrutural frente à demanda doméstica – ilustra como a ausência de políticas contínuas de replantio, modernização tecnológica e coordenação de cadeia pode corroer uma vantagem comparativa histórica, mesmo em contexto de condições agroecológicas favoráveis. A literatura recente converge em apontar que ganhos expressivos de eficiência são possíveis por meio de investimentos em genética, insumos, extensão rural, mecanização adequada, modernização de moinhos e fortalecimento da infraestrutura, desde que inseridos em ambiente regulatório previsível, com segurança jurídica e atenção robusta a salvaguardas socioambientais.

Para o Brasil, a combinação de afinidades agroclimáticas, experiência em cadeias agroindustriais tropicais e agenda crescente de cooperação agrícola com a África coloca a Nigéria como parceiro estratégico em palma de óleo, tanto no campo agrícola quanto industrial. Projetos que aliem reabilitação de palmares, inclusão de pequenos produtores, modernização de processamento, cogeração e certificação socioambiental têm potencial de gerar retornos econômicos competitivos, reduzir a dependência nigeriana de importações e reforçar o papel de ambos os países como atores relevantes na construção de uma cadeia de óleos vegetais mais resiliente e sustentável na África Ocidental.